

## O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO CALDEIRA NO QUARTO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS\*

### THE IMPACT OF INSTITUTO CALDEIRA'S INSTALLATION IN THE QUARTO DISTRITO OF THE CITY OF PORTO ALEGRE/RS

Fernando João Bartelle Júnior\*\*  
Henrique Morrone\*\*\*

#### RESUMO

O artigo aborda o impacto da implantação do Instituto Caldeira no Quarto Distrito de Porto Alegre, RS, no contexto das políticas públicas voltadas para a economia criativa. Através de uma análise histórica e contemporânea, o estudo examina a relação entre cultura, economia e políticas públicas. O Instituto Caldeira, inaugurado em 2021, é um *hub* de inovação situado em uma antiga área industrial revitalizada, com o objetivo de conectar empresas e promover a economia criativa. A análise do presente artigo considera os efeitos econômicos e urbanísticos da instalação do Instituto, utilizando indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e a arrecadação de impostos sobre serviços (ISS). Os resultados sugerem que a implantação do Instituto contribuiu para o aumento da atividade econômica na região, evidenciado pelo crescimento na arrecadação de ISS e na área construída. O estudo conclui que a revitalização de espaços urbanos icônicos, por meio de políticas públicas, tem o potencial de gerar impactos econômicos significativos e promover inovação.

**Palavras-chave:** Economia criativa. Políticas públicas. Revitalização urbana. Instituto Caldeira. Quarto Distrito. Porto Alegre.

#### ABSTRACT

The article addresses the impact of implementing Instituto Caldeira in the Quarto Distrito of Porto Alegre, RS, within public policies focused on the creative economy. The study examines the relationship between culture, economy, and public policies through a historical and contemporary analysis. Instituto Caldeira, inaugurated in 2021, is an innovation hub located in a revitalized former industrial area, aiming to connect companies and promote the creative economy. The analysis of the article considers the economic and urban effects of the Institute's installation, using indicators such as Gross Domestic Product (GDP) and service tax (ISS) collection. The results suggest that the Institute's implementation contributed to the region's economic activity increase, evidenced by the growth in ISS collection and built area. The study concludes that revitalizing iconic urban spaces by means of public policies has the potential to generate significant economic impacts and promote innovation.

---

\* Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Economia, área de concentração Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas. Porto Alegre, agosto de 2024.

\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da UFRGS. Graduado em Arquitetura e Urbanismo em 2006 pela UNISINOS. Especialista em Gestão Empresarial, Inovação e Estratégia Competitiva em 2020 pelo IPOG. E-mail: fbartelle@gmail.com.

\*\*\* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Graduado em 2003, e mestre em 2006, em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em Economia em 2012, pela University of Utah. E-mail: henrique.morrone@ufrgs.br.

**Keywords:** Creative economy. Public policies. Urban revitalization. Instituto Caldeira. Quarto Distrito. Porto Alegre.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema cultura e políticas públicas no contexto da economia criativa. Pretende-se, por meio do estudo do caso da implantação do Instituto Caldeira e de seu impacto no quarto distrito da cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, contribuir com a discussão da relação entre política, cultura e economia no universo da economia criativa.

Os estudos acerca da relação entre cultura e economia ganharam força nas últimas décadas, impulsionados, em especial, pelo interesse do Estado e das coletividades públicas pelo setor cultural. De acordo com Tolila (2007), a cultura de um país é um bem coletivo, o qual pode ser comparado com outras questões como segurança, saúde e educação, por exemplo. Esse paradigma que compara o campo cultural com outros campos, aparentemente distintos, conduz ao entendimento de que a cultura, nos tempos atuais, pode trazer novos conceitos, tanto de economia quanto de conhecimento, possibilitando também uma nova visão de prosperidade econômica.

Rubim (2010) resume a trajetória do Brasil no que tange as políticas culturais em três termos: ausência, autoritarismo e instabilidade. Como contraponto, pode-se destacar o exemplo da criação do Museu Guggenheim, em Bilbao, na Espanha, que priorizou desenvolvimento social, econômico e cultural da região onde foi instalado (Reis, 2006).

No que refere a estudos recentes sobre a relação entre cultura e economia, cabe destacar também algumas iniciativas no contexto do Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia (PPECO) da Faculdade de Economia da UFRGS. Nunes (2022) propõe uma metodologia de mensuração da contribuição do Produto Interno Bruto (PIB) dos setores culturais e criativos por meio da ótica da renda, propondo novas abordagens para a inter-relação entre os temas. Por sua vez, Horowitz (2023) analisa a contribuição econômica dos empreendimentos culturais e criativos do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre (DC) para a preservação do patrimônio cultural, observando possíveis contribuições diretas e indiretas. Os possíveis impactos econômicos referentes à taxação das plataformas de streaming e vídeo por demanda sobre a produção audiovisual independente no Brasil foi tema do estudo de Araujo (2023), o qual lançou luzes importantes para a discussão em torno da necessidade de o Estado brasileiro agir na valorização da cultura nacional e na relação equilibrada com produções de gigantes internacionais. De forma geral, os estudos realizados no PPECO têm contribuído tanto para o desenvolvimento de novas metodologias de entendimento da relação entre cultura e economia quanto para a reflexão mais ampla sobre políticas públicas mais condizentes com a necessidades de desenvolvimento do tempo presente.

Frente a este contexto, o presente artigo é motivado pelo aparente crescimento do cenário econômico da região do Quarto Distrito, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS) a partir de discussões e incentivos para recuperação da área propostos pela prefeitura do município e pelo governo do estado. Os objetos de análise do estudo são o Instituto Caldeira, ecossistema de negócios ligados à inovação e à economia criativa implantado na região supracitada, e os negócios localizados na área onde o Instituto foi instalado, o Quarto Distrito<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A região conhecida como Quarto Distrito no município de Porto Alegre não possui uma limitação geográfica de entendimento comum. Segundo Tilton *apud* Porto Alegre (2002a, p. 13), é difícil delimitar o distrito por dois motivos: o primeiro as mudanças nas delimitações dos bairros que o compõe; e segundo pois não se realizam mais divisões administrativas através de distritos. Nas políticas públicas oficiais, como o Plano Diretor do município “o 4º Distrito compreende parte dos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e

Segundo o Instituto Caldeira (2023), trata-se de uma organização sem fins lucrativos que visa conectar pessoas e iniciativas por um *hub* de inovação, e estabelecer uma comunidade que busca competitividade e o incentivo da nova economia. Sediado em uma área de 22.000 metros quadrados que era espaço de tradicional indústria têxtil da cidade, o prédio foi recuperado e reaberto em 2021. O projeto adequou as instalações para abrigar atividades relacionadas à inovação e à nova economia, além de ser sede de empresas e operações de pesquisa, tecnologia e inovação.

A cidade de Porto Alegre tem buscado recuperar a região conhecida como Quarto Distrito, que é composta pelos bairros Floresta, Navegantes, Humaitá, Farrapos e São Geraldo, há muitos anos. Tradicional reduto industrial da cidade, a região passou por severo processo de abandono e degradação por muitas décadas. Movimentos com participação política e da sociedade civil que buscam transformar a cidade em espaço fértil para inovação, tecnologia e economia criativa buscaram a região como espaço de sede principal. Segundo o Pacto Alegre (2023), exemplo de organização composta por entes da sociedade civil, trata-se de um movimento que visa estabelecer condições para a cidade ser um polo de inovação, atração de investimentos e empreendedorismo, alicerçando-se na criatividade, nas novas tecnologias e na inovação. A criação do Instituto Caldeira em Porto Alegre é fruto dessas ações.

Além dos movimentos da sociedade civil organizada, iniciativas de políticas públicas buscaram criar condições adequadas para o desenvolvimento da região do Quarto Distrito. Essas iniciativas culminaram com a sanção de lei para incentivar o desenvolvimento da região, criando regramentos urbanísticos específicos, além de incentivos urbanísticos e tributários, segundo Porto Alegre (2022b).

No que diz respeito a questões de urbanismo, Lerner (2011) apresenta o conceito de acupuntura urbana, segundo o qual a revitalização de um ponto decadente do tecido urbano é capaz de gerar um impulso que se propaga nas redondezas, de forma semelhante ao ocorrido na prática da medicina oriental. Ou seja, um estímulo em determinada região seria capaz de gerar um movimento de impactos diversos nos arredores, ajudando na recuperação e na criação de relações positivas e potencialmente em cadeia.

A intervenção desenvolvida na recuperação do prédio antigamente dedicado a manufaturas e atualmente sede do Instituto Caldeira pode ter gerado impactos nas redondezas, em especial na ampliação e aumento de público dos negócios situados nos arredores. O Quarto Distrito concentra diversos negócios e inclui a região e o bairro onde o Instituto foi instalado, o que induz a percepção que pode exemplificar, em parte, o impacto econômico ali potencialmente gerado.

Ademais, considerando a recente implantação do Instituto Caldeira em Porto Alegre, não foram localizados estudos anteriores quanto ao seu impacto econômico para a cidade, tampouco para a área cultural da região. Em janeiro de 2024, foi lançado o Observatório 4D Caldeira, uma plataforma pública de dados que tem como propósito sistematizar informações que, a longo prazo, busque orientar políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul. Acredita-se que este repositório, ainda em processo de desenvolvimento e que conta com informações limitadas até aqui, pode facilitar o desenvolvimento de pesquisas, tais como esta.

Este artigo está estruturado em sete seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda seção são apresentadas as perspectivas teóricas e a evolução histórica das políticas públicas na área cultural no Brasil. Na terceira seção, aborda-se o tema das intervenções urbanas e identidade da população. De forma geral, acredita-se que intervenções realizadas em contextos urbanos podem gerar efeitos sob diversas óticas, entre as quais a econômica e a de valor imaterial para a população. Na quarta seção apresenta-se o objeto de estudo. A

quintaseção apresenta a metodologia do estudo, baseada no contexto de uma pesquisa de natureza exploratória que busca compreender como as políticas públicas no contexto da cultura podem contribuir para o impulsionamento de atividade econômica através da reinserção de espaços icônicos em um determinado tecido urbano. A sexta seção apresenta e discute os dados de pesquisa, sobre os quais se fazem sugestões de novos encaminhamentos na seção sete, adas conclusões.

De forma geral, concluiu-se que há impactos econômicos positivos no bairro Navegantes e no Quarto Distrito que podem ser atribuídos, em alguma monta, à criação do Instituto Caldeira na região. Além disso, observou-se uma manutenção de características visuais do espaço, mantendo a conexão imaterial da população com a identidade do Quarto Distrito, e a bem-sucedida experiência de políticas públicas que culminaram com a instalação do Instituto Caldeira, ainda que se tenha observado a pouca continuidade e as constantes mudanças de rumos específicos com as mudanças de gestão.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA CULTURAL

As políticas públicas na área cultural no Brasil refletem um processo dinâmico e complexo de construção social, com diferentes visões teóricas e desafios para sua operacionalização. Ao longo do tempo, diversos teóricos buscaram analisar, classificar e compreender tais políticas e sua evolução no tempo, bem como tendências e desafios para o futuro.

### 2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Políticas públicas para a área cultural englobam ações, diretrizes e estratégias realizadas por governos ou instituições públicas de forma a fomentar, promover e preservar a cultura e sua diversidade. Podem incluir legislação, programas e investimentos na área. O principal objetivo é garantir acesso à cultura, valorizar as expressões culturais, fomentar a diversidade e inclusão culturais e estimular desenvolvimento socioeconômico através da cultura. Segundo Cunha (2022a, p. 240), o termo política cultural inclui “um leque amplo de intervenções estatais para a promoção dos setores culturais e criativos”. Lima (2022, p. 12) diz que realizamos políticas públicas para promover mudanças sociais, e que elas se referem “ao processo de construção de intervenções junto à realidade social por meio de instrumentos considerados adequados”.

Rohter (2000), diz que na celebração do 500º aniversário da chegada dos portugueses ao Brasil, o governo brasileiro deveria ter sentido o fracasso iminente de tal plano quando um chefe indígena entrou no Congresso e ameaçou matar o presidente do Senado com arco-e-flecha. A revolta popular dá conta que a cultura é mais ampla do que as decisões tomadas em gabinete quando a cultura não é objeto central do debate político, pelo menos no que tange a política cultural. Miller e Yúdice seguem, sobre a importância social das políticas culturais:

A cidadania pode ser o lugar para consolidar uma crítica em princípio dos acordos sociais, para transcender as estruturas existentes da economia e do governo, vinculando-se com os movimentos sociais. A cultura tem sido, indubitavelmente, um lugar chave de crítica para aqueles excluídos das recompensas da modernidade, e suas sementes políticas devem ser cuidadas por aqueles que ainda tem esperança em um futuro progressista<sup>2</sup> (Miller; Yúdice, 2004, p. 11, tradução própria).

<sup>2</sup> Original: la ciudadanía puede ser el sitio para consolidar una crítica-en-principio de los acuerdos sociales, para trascender las estructuras existentes de la economía y del gobierno vinculándolas con los movimientos

Furtado (1984, p. 32), defende que o “objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade”. Já Miller e Yúdice (2004) desenvolvem a seguinte ideia:

A política cultural se refere aos suportes institucionais que canalizam tanto a criatividade estética como os estilos coletivos de vida: é uma ponte entre os dois registros. A política cultural está incorporada em guias para ação sistemáticas e regulatórias que as instituições adotam a fim de alcançar suas metas<sup>3</sup> (Miller; Yúdice, 2004, p. 11, tradução própria).

Brandt (2009) defende a necessidade de uma agenda política especificamente ligada à cultura para absorver questões colocadas pela sociedade contemporânea:

A atividade cultural exige agentes preparados e dispostos a pensar e atuar com base em novas possibilidades, mais complexas, múltiplas e coerentes com as questões colocadas pela sociedade contemporânea. Capazes de pensar uma nova agenda política para lidar com os desafios do mundo atual, articular setores governamentais, sociedade e mercado para atuarem alinhados em torno dessa agenda, além de desvendar a cultura como ponto de partida, como meio de construção dessa agenda e como eixo central dos novos paradigmas de desenvolvimento (Brandt, 2009, p. 75).

Já Rubim (2010) destaca que a trajetória do Brasil no que tange as políticas culturais produziu tristes tradições e desafios para o futuro. O autor ainda resume a trajetória em três termos: ausência, autoritarismo e instabilidade.

Buscando um contraponto nessa herança, há exemplos bem-sucedidos da relação entre política e atividade cultural e desenvolvimento social e econômico. Reis (2006) destaca o caso do Museu Guggenheim de Bilbao. Trata-se de um caso de resposta pública à recessão que atingiu o País Basco entre 1970 e início da década de 1980, o qual teve como uma das suas prioridades o desenvolvimento cultural da região.

Ele demonstra de forma clara que investimentos em cultura não só produzem bens e serviços, geram empregos e arrecadação tributária, como também criam as condições necessárias para o desenvolvimento econômico-social sustentável – criatividade, imagem positiva, bem-estar, sentimento de pertença (Reis, 2006, p. 51).

Na perspectiva teórica de Greffe (2015), economia criativa não significa a economia que repentinamente se transforma em criativa, mas uma nova forma de encarar o desenvolvimento econômico, onde a aptidão à criatividade assume um papel de valor transversal e onde é vista como maneira de buscar desenvolvimento.

Em suma, há necessidade de compreender a cultura como direito básico de cidadania, um meio de expressão da diversidade humana e uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a elaboração e execução de políticas públicas na área da cultura exigem um entendimento amplo sobre as necessidades e particularidades do setor, envolvendo diferentes atores sociais. Entretanto, Rubim (2007) registra a tradição, no Brasil, de uma ligação entre a presença do autoritarismo e as políticas culturais propostas e desenvolvidas no país.

---

sociales. La cultura ha sido, indudablemente, un lugar clave de crítica para aquellos excluidos de las recompensas de la modernidad, y sus semillas políticas deben ser cuidadas por quienes aún tienen esperanzas en un futuro progresista.

<sup>3</sup> Original: la política cultural se refiere a los soportes institucionales que canalizan tanto la creatividad estética como los estilos colectivos de vida: es un puente entre los dos registros. La política cultural se encarna en guías para la acción sistemáticas y regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas.

## 2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Iniciando o percurso da análise da evolução histórica das políticas culturais no Brasil pelos anos 1930, é possível apontar o período do governo de Getúlio Vargas<sup>4</sup>, segundo Calabre (2007, p. 88) como sendo o momento em que “foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil.” Neste contexto encontra-se Mário de Andrade<sup>5</sup> como ator importante da criação do Departamento de Cultura de São Paulo. Botelho (2007) destaca o departamento referido como decisivo na organização das intervenções de poderes públicos na cultura e seu desenvolvimento. Nesta esteira, destaca-se ação para preservação do patrimônio artísticobrasileiro, que em 1936 serviria de base à redação do Decreto-Lei nº 25/37 (Brasil, 1937), a pedido de Gustavo Capanema<sup>6</sup>, então Ministro da Educação e da Saúde Pública do Brasil. De acordo com Calabre (2007), este Decreto está no cerne da institucionalização do setor cultural, cujo exemplo mais clássico é a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). “O anteprojeto apresentado é reconhecidamente inovador para a época, antecipando preocupações que só mais tarde foram incorporadas por instrumentos internacionais como a Carta de Veneza de 1964” (Botelho, 2007, p. 116).

Calabre (2007) ainda destaca como importantes no período de Getúlio Vargas as criações do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), do Instituto Nacional do Livro (INL), e do Conselho Nacional de Cultura, este último em 1938. A autora destaca pouco desenvolvimento no período subsequente: “O período seguinte, entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. [...] O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura” (Calabre, 2007, p. 89).

A partir do início da era militar, em 1964, os rumos são alterados. Botelho (2007) destaca que havia uma motivação especial dos regimes militares em relação à cultura:

A ditadura militar implantada no país, desde o golpe de 1964, preparava a abertura democrática e necessitava melhorar sua imagem, tanto no país como no exterior, principalmente junto aos setores mais claramente de oposição, numa conjuntura em que, apesar do regime, perdurava uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país (Botelho, 2007, p. 118).

Retoma-se o processo de institucionalização da cultura, que motivou a discussão sobre a criação de uma política nacional de cultura efetiva durante a presidência de Castelo Branco<sup>7</sup> (Calabre, 2007), com destaque para a formação de comissão para estudar uma reformulação do Conselho Nacional de Cultura, para que fosse capaz de absorver a demanda para elaborar uma política nacional para a cultura. Em novembro daquele mesmo ano, nasceria o Conselho Federal de Cultura (CFC), “composto por 24 membros indicados pelo presidente da República” (Calabre, 2007, p. 90). Diversos planos foram propostos pelo CFC, mas sem logros efetivos. Já no governo do Presidente Médici<sup>8</sup>, foi criado o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), pelo Decreto nº 66.967 (Brasil, 1970). Alguns anos depois, em 1973, seria criado o Plano de

<sup>4</sup> Getúlio Dornelles Vargas, nascido em 19 de abril de 1882 em São Borja-RS, foi o 14º e 17º presidente do Brasil, entre 1930 e 1945 e depois novamente entre 1951 e 1954, logo antes de cometer suicídio.

<sup>5</sup> Mario Raul de Moraes Andrade, nascido em 9 de outubro de 1893 em São Paulo-SP, foi poeta, contista, cronista, romancista, musicólogo, historiador de arte, crítico e fotógrafo. Morreu em 1945.

<sup>6</sup> Gustavo Capanema Filho, nascido em 10 de agosto de 1900 em Pitangui-MG, foi Ministro da Educação e da Saúde Pública do Brasil entre 1934 e 1945. Morreu em 1985.

<sup>7</sup> Humberto de Alencar Castello Branco, nascido em 20 de setembro de 1897 em Fortaleza-CE, foi o 26º presidente do Brasil, no período militar entre 1964 e 1967, pouco antes de sua morte.

<sup>8</sup> Emílio Garrastazu Médici, nascido em 4 de dezembro de 1905 em Bagé-RS, foi o 28º presidente do Brasil, de 1969 a 1974. Morreu em 1985.

Ação Cultural (PAC), na gestão do Ministro Jarbas Passarinho<sup>9</sup>. Segundo Calabre (2007), o plano foi destacado pela imprensa como sendo um empreendimento que buscava financiar eventos culturais. A autora ainda destaca que:

Lançado em agosto de 1973, o Plano teve como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema com circulação pelas diversas regiões do país, ou seja, uma atuação no campo da promoção e difusão de atividades artístico-culturais (Calabre, 2007, p. 91).

Segue-se o governo Geisel<sup>10</sup>, com a gestão do ministro Ney Braga<sup>11</sup>. Segundo Calabre (2007), período de criação de órgãos estatais para atuação em novas áreas. Citam-se o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Rubim (2007), destaca a consolidação da FUNARTE como inovadora para o cenário cultural brasileiro:

A criação e o desenvolvimento da FUNARTE, a partir da experiência do Plano de Ação Cultural (1973), outra das instituições emblemáticas de políticas culturais no Brasil. A FUNARTE, inicialmente uma agência de financiamento de projetos culturais, paulatinamente consolida-se como um organismo com intervenções bastante inovadoras no campo cultural, com a constituição de um corpo técnico qualificado, em geral oriundo das próprias áreas culturais, e na tentativa de superar a lógica fisiológica, através de uma análise de mérito dos projetos realizados e financiados (Rubim, 2007, p. 22).

Naquele mesmo período, o Conselho Federal da Cultura cria uma política cultural em nível nacional, o documento Política Nacional da Cultura (PNC), que, segundo Botelho (2007), levou a um novo desenho institucional que permitiu, além da criação da FUNARTE, outros novos órgãos como a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), e ampliação ou modificação de atuação de outros, como o Serviço Nacional do Teatro, além da criação de conselhos como os já citados anteriormente: “tinha-se ali, na verdade, a estrutura que veio redundar na criação do Ministério da Cultura em 1985” (Botelho, 2007, p. 119). Botelho (2007) destaca nesse período a atuação de Aloísio Magalhães<sup>12</sup> pela articulação que permitiu a visibilidade conquistada pelo setor cultural na sua gestão como presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministro da Educação e Cultura do governo João Figueiredo<sup>13</sup>. Segundo Rubim (2007), Magalhães teve atuação importante para a cultura brasileira:

Sua visão renovada da questão patrimonial através do acionamento da noção de bens culturais; sua concepção “antropológica” de cultura; sua atenção com o saber popular, o artesanato e as tecnologias tradicionais, [...], ensejam uma profunda renovação nas antigas concepções de patrimônio vigentes no país, mesmo com limitações, dada a

<sup>9</sup> Jarbas Gonçalves Passarinho, nascido em 11 de janeiro de 1920 em Xapuri-AC, foi Ministro da Educação do Brasil de 1969 a 1974. Morreu em 2016.

<sup>10</sup> Ernesto Beckmann Geisel, nascido em 3 de agosto de 1907 em Bento Gonçalves-RS, foi o 29º presidente do Brasil, de 1974 a 1979. Morreu em 1996.

<sup>11</sup> Ney Aminthas de Barros Braga, nascido em 25 de julho de 1917 em Lapa-PR, foi Ministro da Educação e Cultura do Brasil de 1974 a 1978. Morreu em 2000.

<sup>12</sup> Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães, nascido em 5 de novembro de 1927 em Recife-PE, foi o 1º presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministro da Educação e Cultura entre o final da década de 1970 e início da 1980, pouco antes de sua morte, em 1982.

<sup>13</sup> João Baptista de Oliveira Figueiredo, nascido em 15 de janeiro de 1918 no Rio de Janeiro-RJ, foi o 30º presidente do Brasil, de 1979 a 1985. Morreu em 1999.

manutenção de alguns traços comuns como a “retórica da perda” (Rubim, 2007, p. 22).

Ainda no final dos anos 1970, ocorre a troca do Departamento de Assuntos Culturais pelo Secretaria de Assuntos Culturais, demarcando a divisão de dois focos distintos dentro da Secretaria: o patrimônio, de um lado, e a produção, circulação e consumo cultural, do outro (Calabre, 2007). Segundo Calabre (2007), no início dos anos 1980, Aloísio Magalhães assume como diretor da rebatizada Secretaria da Cultura. A nova organização possui duas Subsecretarias, uma de patrimônio, ligada ao IPHAN e à Fundação Pró-Memória, e outra de Assuntos Culturais, conectada à FUNARTE. Aquele período também vê o crescimento de secretarias e conselhos de cultura nos estados, sendo que em 1976 ocorre o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura. Em 1985, já no governo de José Sarney<sup>14</sup>, cria-se o Ministério da Cultura enfrentando o desafio de desenvolver políticas culturais em um regime democrático. As leis de incentivo fiscal, iniciadas na gestão Sarney e continuadas nos governos seguintes, tornam-se a principal forma de financiamento da cultura, apesar das críticas à sua eficácia e à concentração de recursos. Calabre destaca a Lei nº 7.505 (Brasil, 1986), primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, conhecida como Lei Sarney (Calabre, 2007).

Já sob o governo de Fernando Collor<sup>15</sup>, o Ministério da Cultura é extinto em 1990, junto com muitos dos órgãos ligados a ele. A Lei Sarney foi revogada e o governo federal não realizou investimentos na cultura por quase dois anos (Calabre, 2007), até que, no final de dezembro de 1991 é criada a Lei nº 8.313 (Brasil, 1991), que ficou conhecida como Lei Rouanet, aprimorando a Lei Sarney e permitindo novamente a injeção de recursos na cultura através de renúncias fiscais. Em 1992, já sob o governo de Itamar Franco<sup>16</sup>, o Ministério da Cultura é reestabelecido e algumas instituições, como a Funarte, também ressurgem (Calabre, 2007). Em 1993, foi criada lei de incentivo especificamente ligada à área do audiovisual, inaugurando período de maior foco nas leis de mercado, e menos interferência do Ministério.

No governo Fernando Henrique Cardoso<sup>17</sup>, consagrou-se o modelo supracitado, e a “Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras” (Calabre, 2007, p. 95). Segundo Barbalho (2007), o então Ministro da Cultura Francisco Weffort<sup>18</sup> fez uma alteração significativa na Lei Roanet:

Em 1995, Weffort modificou a Lei Rouanet e introduziu a figura do captador de recursos – o agente intermediário entre o artista e o empresário. Na avaliação de Cesnik e Malagodi (1998), a possibilidade de contratar esse prestador de serviço viabilizou a ligação dos produtores culturais com as grandes agências publicitárias e fortaleceu a adoção, por parte das empresas, do marketing cultural, evitado até então por sua baixa lucratividade (Barbalho, 2007, p. 48).

Isso levou à concentração dos recursos em determinados produtores e artistas de renome, e nas capitais da região sudeste. Este foi o cenário herdado pelo Governo Lula<sup>19</sup>

<sup>14</sup> José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa em 24 de abril de 1930 em Pinheiro-MA, foi o 31º presidente do Brasil, de 1985 a 1989.

<sup>15</sup> Fernando Affonso Collor de Mello, nascido em 12 de agosto de 1949 no Rio de Janeiro-RJ, foi o 32º presidente do Brasil, e o primeiro eleito por voto direto do povo, entre 1990 e 1992, quando sofreu o impeachment.

<sup>16</sup> Itamar Augusto Cautiero Franco, nascido em 28 de junho de 1930 em mar territorial brasileiro, foi o 33º presidente do Brasil, de 1992 a 1994, assumindo a presidência após o impeachment de Fernando Collor. Morreu em 2011.

<sup>17</sup> Fernando Henrique Cardoso, nascido em 18 de junho de 1931 no Rio de Janeiro-RJ, foi o 34º presidente do Brasil, de 1995 a 2002.

<sup>18</sup> Francisco Correia Weffort, nascido em 17 de maio de 1937, foi Ministro da Cultura de 1995 a 2003. Morreu em 2021.

<sup>19</sup> Luiz Inácio Lula da Silva, nascido Luiz Inácio da Silva em 27 de outubro de 1945 em Garunhuns-PE, foi o 35º

(Calabre, 2007). A autora registra que os primeiros quatro anos de gestão, com o Ministro Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, foram de construção:

Em termos gerais podemos dizer que os primeiros quatro anos de gestão do Ministro Gil foram de construção real de um Ministério da Cultura. Desde a criação em 1985, o órgão passou por uma série de crises e processos de descontinuidade. A gestão do Ministro Weffort (oito anos) foi acompanhada por uma política de Estado mínimo, o que para um ministério que mal havia sido recriado trouxe enormes dificuldades operacionais. Ao terminar tal gestão o MinC tinha como principal atividade aprovar os processos que seriam financiados através da Lei de Incentivo à Cultura (Calabre, 2007, p. 98).

O governo Lula, com Gil à frente do MinC, representa uma tentativa de redefinir as políticas culturais, expandindo a concepção de cultura e buscando reestabelecer o papel ativo do Estado no setor. Este período é marcado pela tentativa de enfrentar antigos dilemas e promover uma política cultural mais inclusiva e democrática. Segundo Calabre (2007) abriram-se canais de comunicação entre o MinC e a sociedade civil, especialmente com a criação de consultas e fóruns para captar colaborações de áreas afins para implementar mudanças no Ministério e nas ações por ele perpetradas. Ficaram claras as distorções na aplicação da Lei, mas também a sua importância para o setor cultural. Barbalho (2007), destaca a adoção no plural de palavras como políticas públicas, identidades nacionais e culturas brasileiras em documentos e falas oficiais da época, o que demonstra uma mudança de perspectiva no que diz respeito a questões identitárias.

O governo de Dilma Rousseff<sup>20</sup> deu continuidade à maioria das ações propostas durante o período de Lula, até o momento em que sofreu o *impeachment* durante seu segundo mandato. Segundo Cunha (2022b), houve movimento de aperto fiscal na tentativa de reverter o cenário de aumento de inflação: “Em 2011, o governo central conduziu um aperto fiscal, que veio se somar à retomada da política monetária restritiva. Isto porque havia sinais de que a aceleração do crescimento vinha acompanhada de pressões inflacionárias significativas” (Cunha, 2022b, p. 288).

No entanto, a partir de 2016, com o governo de Michel Temer<sup>21</sup> e, subsequentemente, com a gestão de Jair Bolsonaro<sup>22</sup>, houve uma mudança de direção nas políticas culturais. O desinteresse e a desvalorização do setor cultural ficaram evidentes, principalmente com a extinção do Ministério da Cultura, que foi substituído por uma Secretaria Especial subordinada ao Ministério do Turismo. Este período também foi marcado por ataques ideológicos a artistas e grupos culturais, desmantelamento de órgãos importantes como o IPHAN e a Fundação Cultural Palmares, além de dificuldades no financiamento da cultura, especialmente durante a pandemia de Covid-19.

Ainda durante o Governo Bolsonaro, a Lei Nº 14.017, conhecida como Lei Aldir Blanc, surgiu como uma resposta emergencial à crise, criada pelos partidos de oposição ao governo para apoiar o setor cultural durante a pandemia. Ainda assim, ao final da gestão Bolsonaro, instituiu-se a Lei nº 14.399, que criou a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

---

e o 39º presidente do Brasil, de 2003 a 2010 e depois de 2023 até hoje.

<sup>20</sup> Dilma Vana Rousseff, nascida em 14 de dezembro de 1947 em Belo Horizonte-MG, foi a 36ª presidente do Brasil, e a primeira mulher a ocupar o posto, de 2011 a 2016, quando sofreu *impeachment*.

<sup>21</sup> Michel Miguel Elias Temer Lulia, nascido em 23 de setembro de 1940 em Tietê-SP, foi o 37º presidente do Brasil, de 2016 a 2018.

<sup>22</sup> Jair Messias Bolsonaro, nascido em 21 de março de 1955 em Glicério-SP, foi o 38º presidente do Brasil, de 2019 a 2022.

(PNAC), em julho de 2022 (Brasil, 2022). Segundo Cunha (2022b), a segunda década dos anos 2000 foi marcada por crises que tiveram grande impacto nos setores culturais e criativos:

A partir de 2014, desaceleração no ritmo de crescimento econômico, a crise fiscal, a instabilidade política interna e os sucessivos choques externos, particularmente a pandemia do Covid 19, produziram efeitos extremamente negativos sobre os setores culturais e criativos, cujo pleno dimensionamento só poderá ser feito nos próximos anos (Cunha, 2022b, p. 291).

Neste cenário surge o Instituto Caldeira, inaugurado e aberto em 26 de março de 2021. Pode-se dizer ele surgiu como um dos resultados de uma série de iniciativas do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre para se transformar num ecossistema de inovação de classe mundial (Pacto Alegre, 2024). Em ordem cronológica, cabe citar no caso de Porto Alegre:

- a) o Programa Porto Alegre Tecnópole (PAT), criado na década de 1990, que envolveu um convênio com a França e teve como inspiração as tecnópolis daquele país, liderado pelo então prefeito Tarso Genro<sup>23</sup>;
- b) o Comunidade, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo (CITE), desenvolvido na década de 2000, por um grupo de empreendedores de tecnologia e outros expoentes das áreas empresarial e acadêmica, inspirado no Vale do Silício dos Estados Unidos;
- c) a Agência de Desenvolvimento e Inovação para Porto Alegre (Inovapoa), criada em 2009 e protagonizada pelos governos de José Fogaça<sup>24</sup> e José Fortunati<sup>25</sup>; e
- d) o Pacto Alegre que emergiu em 2019, depois da criação da Aliança para Inovação, iniciativa das universidades UFRGS, Unisinos e PUCRS, durante a gestão do prefeito Nelson Marchezan Jr.<sup>26</sup>, tendo como referência o modelo de inovação de Barcelona.

Na esteira das políticas públicas desenvolvidas ao longo desse período, em 2017, quando do Projeto de Renovação do Cais do Porto de Porto Alegre, um grupo de empresários da cidade se aproxima com o propósito de criação de um *hub* de inovação, o que deu origem, em 2021, ao Instituto Caldeira (Renner, 2018).

A retomada da força do setor cultural deu-se com o retorno de Lula à presidência, em 2023, onde as políticas públicas adquirem ênfase em diversidade, inclusão, impacto social e sustentabilidade.

Neste contexto, percebe-se que a trajetória das políticas culturais no Brasil é marcada por altos e baixos, influenciada por contextos políticos variados e pela tensão entre a ação estatal e as forças do mercado. As iniciativas de cada período refletem as concepções de cultura e as prioridades políticas da época, destacando a complexidade de desenvolver e manter políticas culturais consistentes em uma democracia. Importante destacar, no caso de Porto Alegre, cidade onde situa-se o objeto de estudo deste artigo, que a relação de governantes de diferentes correntes partidárias, empresários, instituições de ensino e outros representantes da

<sup>23</sup> Tarso Fernando Herz Genro, nascido em 6 de março de 1947 em São Borja-RS, foi o 38º prefeito da cidade de Porto Alegre, de 1993 a 1996, e depois o 40º, de 2001 a 2002.

<sup>24</sup> José Alberto Fogaça de Medeiros, nascido em 13 de janeiro de 1947 em Porto Alegre-RS, foi o 42º prefeito da cidade de Porto Alegre, de 2005 a 2010.

<sup>25</sup> José Alberto Reus Fortunati, nascido em 24 de outubro de 1955 em Flores da Cunha-RS, foi o 43º prefeito da cidade de Porto Alegre, de 2010 a 2016.

<sup>26</sup> Nelson Marchezan Júnior, nascido em 30 de novembro de 1971 em Porto Alegre-RS, foi o 44º prefeito da cidade de Porto Alegre, entre 2017 e 2020.

sociedade civil acabou contribuindo para políticas públicas voltadas à inovação e ao desenvolvimento econômico. Neste cenário, a cultura acabou sendo favorecida, ainda que não numa relação direta e intencional. São essas intervenções urbanas conduzidas por propósitos econômicos, num primeiro momento, que podem contribuir também para a identidade da população.

### 3 INTERVENÇÕES URBANAS E IDENTIDADE DA POPULAÇÃO

Estudos conduzidos por diversos autores dão conta de que intervenções realizadas em cidades podem gerar uma série de efeitos do ponto de vista econômico, mas também de impacto de valor imaterial para com o cidadão. Jaime Lerner<sup>27</sup> insere o conceito de acupuntura urbana, segundo o qual constroem-se ondas de mudanças em torno de intervenções feitas pontualmente. Lerner (2011, p. 07) diz que é possível comparar ações urbanísticas nas cidades com tratamentos da Medicina: “Sempre tive a ilusão e a esperança que, com uma picada de agulha, seria possível curar doenças. O princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor”.

O autor segue afirmando que a acupuntura urbana é um processo de realização de intervenções pontuais que provocam efeitos em ondas nas cidades:

Acredito que algumas “magias” da medicina podem, e devem, ser aplicadas às cidades, pois muitas delas estão doentes, algumas quase em estado terminal. Assim como a medicina necessita da interação entre médico e paciente, em urbanismo também é preciso fazer a cidade reagir. Cutucar uma área de tal maneira que ela possa ajudar a curar, melhorar, criar relações positivas e em cadeia. É indispensável intervir para revitalizar, fazer o organismo trabalhar de outra maneira (Lerner, 2011, p. 07).

Na mesma obra, se dá como exemplo a cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, pioneira na aplicação de intervenções urbanas que impulsionam mudanças muito maiores a médio e longo prazo, como as restaurações de uma fábrica de chocolates e outra de enlatados, realizadas nos anos 1960 e que se tornaram atrações da área turística conhecida como Fisherman’s Wharf. E segue dando exemplos bem-sucedidos em Curitiba, com soluções para transporte e lixo urbano, e em Bilbao, com o museu Guggenheim e todos os seus efeitos subsequentes, dizendo que uma acupuntura essencial é a de provocação da autoestima.

O impacto do planejamento de ações dentro do tecido urbano, por mais singelo que seja, “quase sempre é uma centelha que inicia uma ação e a subsequente propagação desta ação” (Lerner, 2011, p.08). O uso do conceito de acupuntura urbana encontra, dessa forma, boa ancoragem com a busca de resultado econômico na implantação de atividades ligadas à economia criativa nas cidades.

A literatura e estudos apontam que a recuperação ou criação de áreas de interesse cultural produzem bens e serviços, geram empregos e arrecadação, desenvolvimento social, criatividade, imagem positiva, bem-estar, sentimento de pertencimento (Reis, 2006), alta viabilidade social (Motta; Ortiz, 2013), aumentam a geração de turismo (Andersson; Armbrecht; Lundberg, 2012). Ou seja, infere-se que as cercanias se beneficiam com a maior circulação de dinheiro nas redondezas. Furtado (1984, p. 31) destaca a necessidade de “pensar

---

<sup>27</sup> Jaime Lerner, nascido em 17 de dezembro de 1937 em Curitiba-PR, foi arquiteto, urbanista, engenheiro civil, professor e político, sendo prefeito de Curitiba e governador do Paraná. Morreu em 2021.

o desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas”.

O Quarto Distrito, região onde localiza-se o Instituto Caldeira, objeto de estudo deste artigo, revela um desses lugares que, por meio de políticas públicas, está em processo de recuperação no sentido de produzir novos bens e serviços e servir de referência à cidade de Porto Alegre. “Desde o primeiro momento o projeto tinha um duplo objetivo prático: a reconversão econômica e a requalificação urbana dessa região da cidade” (Piqué, 2017, p. 07). O conjunto de bairros que compõe o Quarto Distrito foi, durante muitas décadas, o polo da industrialização da cidade de Porto Alegre. Contudo, a expansão da cidade fez com que a área, antes bastante desenvolvida economicamente, entrasse em processo de declínio quanto a índices de desenvolvimento social e econômico. Daí surgiram estudos científicos e iniciativas estatais no sentido de fazer com que a área retome sua pujança.

O conceito de acupuntura urbana é bastante visível nesse processo, na medida que um conjunto de ações articuladas entre poder público e sociedade buscam a “cura” do Quarto Distrito, a criação de relações positivas em cadeia, tal como propõe Lerner (2011). Sendo assim, a seguir, apresenta-se uma breve análise do objeto do estudo e de seu contexto.

#### **4 ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO**

Nesta seção, de forma a evidenciar o contexto do estudo, se apresentam o objeto de estudo, o Instituto Caldeira, e o cenário econômico do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre entre os anos 1990 e 2023.

##### **4.1 O INSTITUTO CALDEIRA**

O estado do Rio Grande do Sul figura como o terceiro colocado em *ranking* dos estados mais inovadores do Brasil desde 2019 (FIEC, 2019-2022). Ademais, Porto Alegre é a capital e cidade sede de discussões sobre inovação e economia criativa no estado, destacando-se pelas políticas de revitalização do Quarto Distrito, local onde se instala, em 2021, o Instituto Caldeira como protagonista nesta cena.

Como mencionado anteriormente, no contexto histórico das políticas públicas no Brasil, a cidade de Porto Alegre, desde a década de 1990, busca destacar-se pela característica da inovação, articulando projetos em torno do que hoje é convencionado, do ponto de vista de área do conhecimento científico, como Indústria Criativa. Esse movimento pela inovação tem relação direta com o Quarto Distrito, uma área urbana da região norte da cidade que engloba os bairros Floresta, Navegantes, São Geraldo, Humaitá e Farrapos e que “até os anos 1990, foi um polo industrial e comercial da capital, mas, com o passar do tempo, foi sendo abandonado pela maior parte das indústrias e, conseqüentemente, pela população” (Schwengber; Christmann; Brochier, 2017, p. 17). A Figura 1 ilustra a área geográfica do Quarto Distrito em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Composição do Quarto Distrito



Fonte: Elaboração dos autores com base em informações de Porto Alegre (2024).

O Quarto Distrito começou a ganhar visibilidade no âmbito da cena pública, como destaca Piqué (2017), no ano de 1993, quando das discussões em torno do papel da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento da cidade. Nos anos que se seguem, são produzidos vários estudos acadêmicos sobre as potencialidades e necessidades de revitalização daquela área, especialmente por pesquisadores da área da Arquitetura e Urbanismo, aos quais foram se somando várias outras áreas na década de 2010. “O ano de 2012 foi o início de uma nova retomada de toda a questão do 4º Distrito, mas desta vez desde uma maior presença da sociedade civil” (Piqué, 2017, p.10). A partir disso, criam-se condições favoráveis para que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre apresente, em 2015, o primeiro projeto público de revitalização do Quarto Distrito. Em agosto de 2022 é aprovado, pela Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Revitalização Urbanística do Quarto Distrito (Porto Alegre, 2022b).

O Quadro 1 exemplifica a evolução dos planos e ações de governo na busca da requalificação do Quarto Distrito de Porto Alegre e sua reconexão com a produção e com a identidade da população do município. Wagner e Melchior (2022) resumem as ações com uma certa constância de direção macro, mas com muitos planos iniciados e não concluídos, ou com ajustes logo à sequência, de acordo com as alterações de gestões.

**Quadro 1 – Períodos representativos dos planos e ações governamentais para reestruturação urbana do 4º Distrito de Porto Alegre (1991-2021)**

Período	Ano	Evento	Características do Período
Tecnológico	1995-2004	Projeto Porto Alegre Tecnópolis	- Ênfase na questão tecnopolitana e na criação de polos tecnológicos; - Redirecionamento deste potencial para a revitalização urbana e reconversão econômica do território;
	1998	Projeto Integrado TEC do 4º Distrito	- A identificação do 4º Distrito como um polo de competências eletroeletrônico;
	2002-2004	Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito	- Fomento à pequena e média empresa; - Formulação de programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas e cooperativas.
Copa do Mundo	2006	Criado o Grupo de Trabalho do 4º Distrito	- Visava viabilizar obras de infraestrutura e mobilidade urbana tendo como horizonte a Copa do Mundo 2014;

Período	Ano	Evento	Características do Período
	2007	Formalização do Brasil como sede da Copa de 2014	- Falta de uma estratégia clara de reconversão econômica para a área; - Fomento à grande empresa;
	2009	Plano de Revitalização do 4º Distrito	- Formulação de programas de parceria público-privada, como o principal eixo de intervenção e negociação do governo.
Consorticiado	2013-2016	Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente	- Reestruturação das secretarias municipais; - Elaboração do Plano Estratégico de Resiliência de Porto Alegre, tendo a reconversão do 4º Distrito como prioridade;
	2016	Masterplan do 4º Distrito	- Fomento à atração de investimentos privados e a criação de uma empresa de gestão de ativos do município; - Utilização do instrumento Operação Urbana Consorciada para a flexibilização do regime urbanístico e venda de potencial adicional de construção.

Fonte: Wagner e Melchiors (2022, p. 231).

Observa-se o que os autores chamaram de Período Tecnológico perfazendo as gestões de Tarso Genro (duas vezes), Raul Pont<sup>28</sup> e João Verle<sup>29</sup>. O dito Período da Copa do Mundo teve como protagonista o Prefeito Municipal José Fogaça. O então vice-Prefeito, José Fortunati, assumiu e foi reeleito para liderar o chamado Período Consorticiado.

A prática da descontinuidade, muito presente nas políticas públicas brasileiras, segundo Wagner e Melchiors (2022), tem sido determinante para que planos, projetos e ações relativas ao Quarto Distrito nem sempre alcancem a integração e perenidade necessárias. Apesar disso, iniciativas como o Instituto Caldeira tem buscado desenvolver ações que movimentem a economia e a cultura no local.

O Instituto Caldeira é um *hub* de inovação, de natureza jurídica privada, fundado e aberto em 26 de março de 2021 por 42 grandes empresas, com o propósito de impulsionar transformações através da inovação. Sua Missão é “Fomentar o ecossistema de inovação conectando todos os que vibram apaixonadamente por este propósito” (Instituto Caldeira, 2023). Está localizado no bairro Navegantes, bairro que faz parte do Quarto Distrito, em uma área de 22 mil m<sup>2</sup>, no antigo complexo industrial que ainda abriga as caldeiras importadas da Europa por AJ Renner, na década de 1920.

Hoje o Instituto Caldeira é um espaço destinado para atividades relacionadas à inovação e à nova economia, além de ser sede de empresas e operações de pesquisa, tecnologia e inovação. Segundo dados do seu site institucional (Instituto Caldeira, 2023), conecta mais de 400 organizações através de *matchmakings*, ou seja, conexões entre empresas e pessoas, ferramentas de chat interno e eventos de confraternização e relacionamento. Entre os Programas destacados no site institucional, cita-se:

- a) Conecta Caldeira: um programa de inovação que tem como objetivo conectar grandes corporações com *startups* que tenham soluções para resolver desafios de negócios reais. Também busca gerar oportunidades de negócios para as *startups*, gerando prosperidade e visibilidade dentro do ecossistema de inovação;

<sup>28</sup> Raul Jorge Anglada Pont, nascido em 14 de maio de 1944 em Uruguaiana-RS, foi o 39º prefeito da cidade de Porto Alegre, entre 1997 e 2000.

<sup>29</sup> João Acir Verle, nascido em 29 de novembro de 1939 em Caçador-SC, foi o 41º prefeito da cidade de Porto Alegre, entre 2002 e 2004. Morreu em 2015.

- b) *Ebulição Startups*: um programa de aceleração, com duração de cinco meses, que oferece o que há de mais avançado sobre aceleração de *startups* através de metodologias e ferramentas, mentorias individuais e coletivas com empreendedores experientes, buscando conexões com empresas e investidores;
- c) *Caldeira MVP*: um ciclo de capacitação para *startups* em estágio de validação. Durante dois meses, o Programa oferece os principais conteúdos e metodologias para o desenvolvimento de *startups* em fase inicial e as conecta com diferentes empreendedores do ecossistema de inovação.

Em resumo, por meio de dados obtidos no site institucional (Instituto Caldeira, 2023), pode-se dizer que o Instituto Caldeira é um espaço físico que conta com mais de 20 salas de reunião, 4 espaços de eventos e mais de 120 posições de coworking para uso dos membros; conecta mais de 400 organizações por meio de eventos e conteúdos sobre temas diversos relacionados a tecnologia e inovação. Também opera por meio de uma plataforma de educação com espaços destinados à educação, programa de formação de novos talentos e trilhas de capacitação executiva.

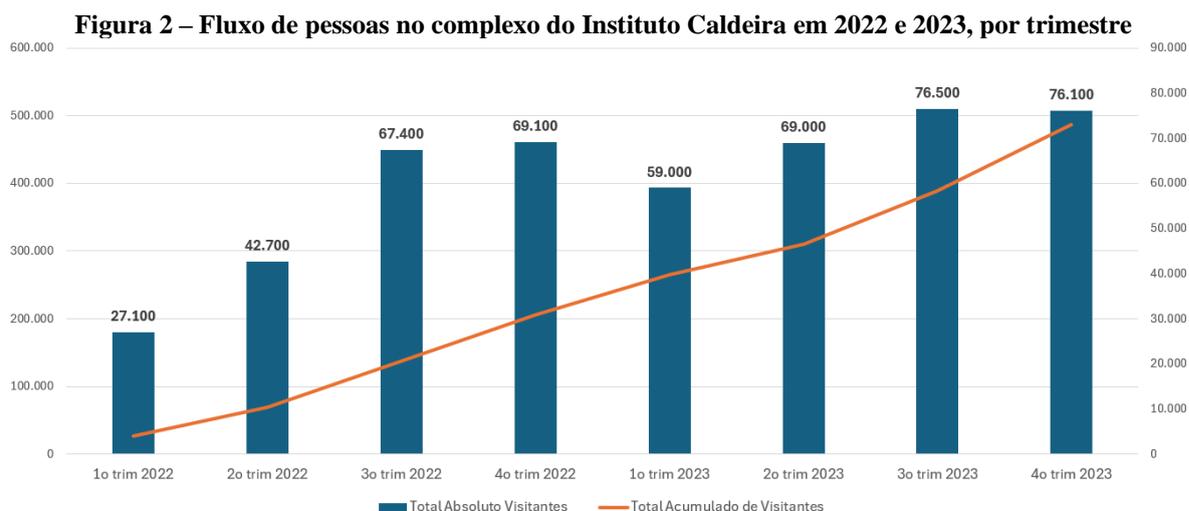
Estima-se que no ano de 2023 o Instituto Caldeira promoveu cerca de 450 eventos e fez circular, em média, 2 mil pessoas por dia no local. A previsão é uma expansão do espaço que possibilite a circulação de uma média de 5 mil pessoas por dia até 2025, com investimento estimado de R\$ 120 milhões (Drška, 2024). Cumpre-se destacar que o espaço foi vitimado pelas cheias que afligiram o Quarto Distrito, a cidade de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, o que pode impactar nos planos de expansão.

No que diz respeito aos resultados do próprio Instituto, desde sua fundação, em material fornecido<sup>30</sup>, relata-se que o *hub* conta com 520 organizações como membros, que já foram realizados mais de 700 eventos no local, recebendo mais de 600 mil visitantes de diversas partes do mundo, e que já foram capacitados mais de 10.000 jovens estudantes de escolas públicas em tecnologia da informação. Informa-se que o complexo tem mais de 110.000 mil metros quadrados de área, sendo sede para 130 empresas. Ademais, registram-se a aceleração de mais de 200 *startups*, a conexão de mais de 250 *startups* com outras empresas e a realização de mais de 450 eventos no último ano.

No que diz respeito a dados de evolução, o Instituto forneceu informações de 2022 e 2023, sobre fluxo de pessoas na sede, número de membros novos e acumulado de membros, e números de locações acumuladas no ano. Conforme se pode observar na Figura 2, o cenário de fluxo de pessoas é de crescimento acentuado nos três primeiros trimestres de 2022, quando se observa que 27.100 pessoas estiveram no complexo no primeiro período indicado, enquanto, respectivamente, 42.700 e 67.400 pessoas visitaram o Instituto nos períodos dois e três. A partir de então, o público se mantém entre 69 e 76 mil pessoas por trimestre.

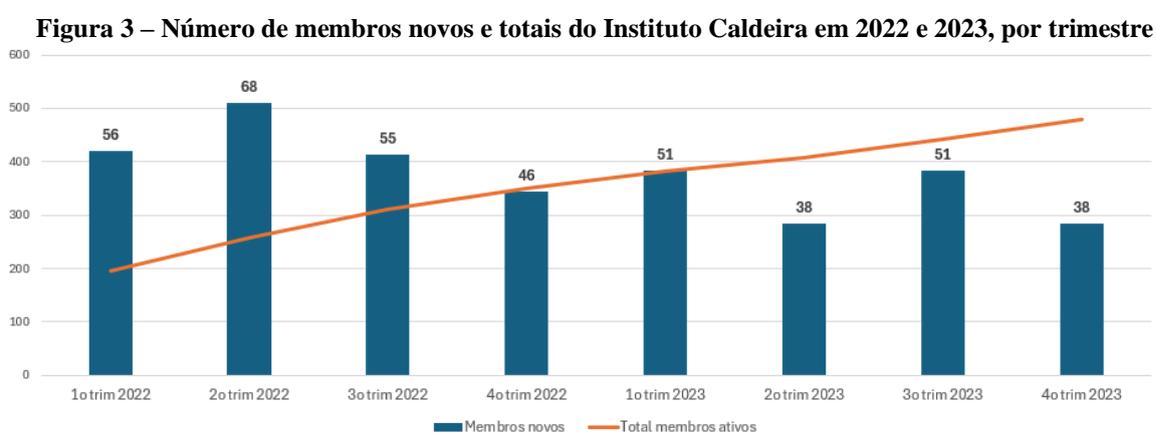
---

<sup>30</sup> Material digital obtido junto ao Instituto Caldeira, enviado via aplicativo de comunicação, em 20 de agosto de 2024.



Fonte: Elaboração dos autores com base em informações de Instituto Caldeira. Leia-se o eixo azul pela legenda à direita e o eixo laranja pela legenda à esquerda da figura.

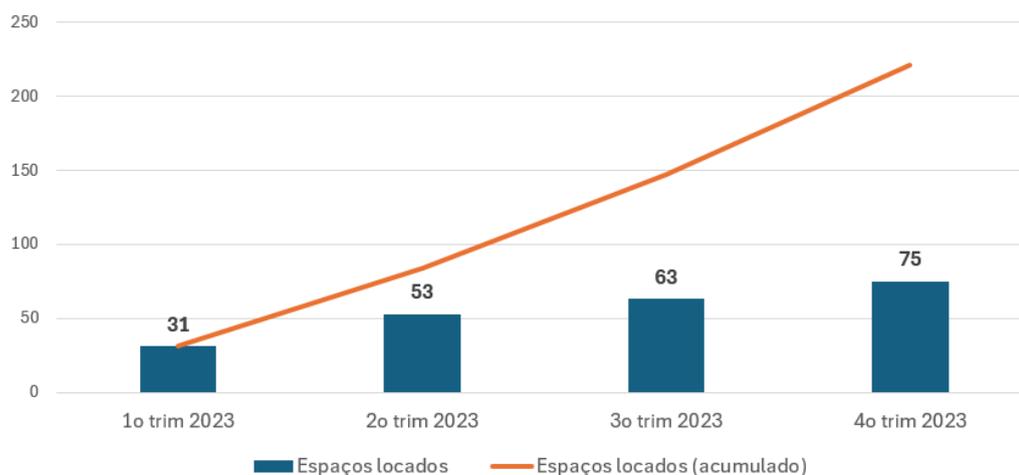
Em relação ao número de membros ativos na comunidade, conclui-se também ter havido crescimento contínuo entre 2022 e 2023, conforme observado na Figura 3. Segundo o site do Caldeira (Instituto Caldeira, 2023), empresas podem se tornar membros da comunidade, tendo acesso a espaços físicos, eventos, conexão com outras empresas, entre outros benefícios ofertados.



Fonte: Elaboração dos autores com base em informações de Instituto Caldeira. Leia-se o eixo azul pela legenda à direita e o eixo laranja pela legenda à esquerda da figura.

Por fim, no que tange a locação de espaços no complexo, foram disponibilizados dados de 2023, onde destaca-se crescimento no número de locações ao longo do ano, conforme se pode observar na Figura 4.

**Figura 4 – Número de locações de espaços para eventos no Instituto Caldeira em 2023, por trimestre**



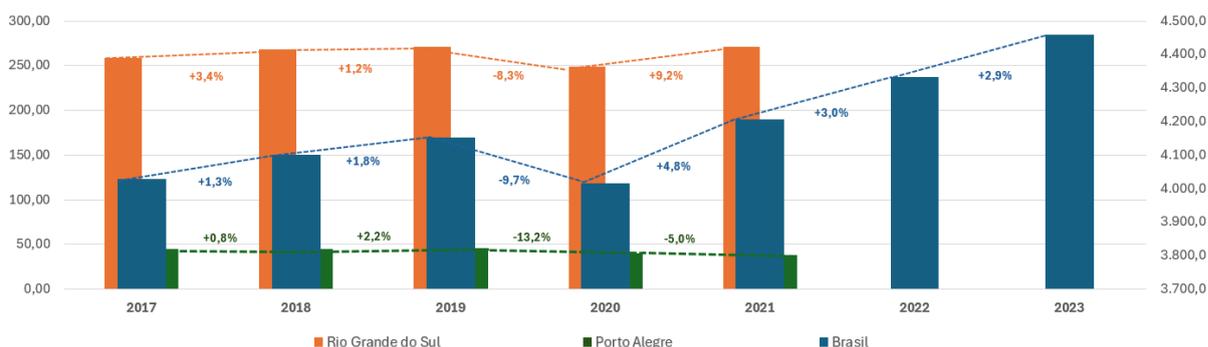
Fonte: Elaboração dos autores com base em informações de Instituto Caldeira. Leia-se o eixo azul pela legenda à direita e o eixo laranja pela legenda à esquerda da figura.

Assim, conclui-se que o Instituto, baseado nas informações fornecidas, manteve crescimento constante em fluxo de pessoas, quantidade de eventos conduzidas e locação de espaços no período entre 2022, ano seguinte à instalação do complexo, e 2023. À sequência, analisa-se o cenário macroeconômico onde está inserido o objeto de estudo.

## 4.2 CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário econômico do Brasil, do estado do Rio Grande do Sul, e do município de Porto Alegre foram brevemente estudados através de dados de inflação, emprego, investimento e do Produto Interno Bruto, PIB. Conforme a Figura 5, observa-se alterações do produto de -9,7 a +4,8% nos acumulados de 12 meses para o Brasil entre 2017 e 2023. No Rio Grande do Sul, números entre -8,3 e 9,2%, e para Porto Alegre, entre -13,2 e 2,2% no período entre 2017 e 2021. Entre 2017 e 2019, observa-se crescimento médio na ordem dos 1,55 pontos percentuais na esfera federal. Os dados de 2020 indicam declínio de quase 10%, provavelmente em razão da pandemia de COVID-19, observando-se a seguir retomada do crescimento na média dos 3,6 pontos percentuais. Os números para o Rio Grande do Sul indicam tendência similar, com crescimento médio na ordem dos 2% entre 2017 e 2019, decréscimo em 2020 e retomada acelerada em 2021. Os indicadores de Porto Alegre são distintos em percentuais, mas mantiveram crescimento para o primeiro período, com decréscimo acentuado em 2020 e decréscimo pouco menor no período de 2021.

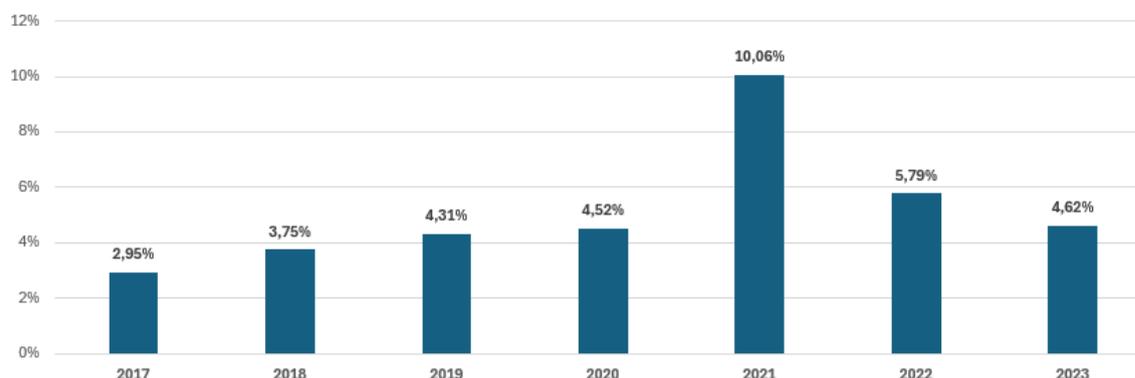
**Figura 5 – Produto Interno Bruto do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre entre 2017 e 2023 (preços constantes, em bilhões de reais)**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do IPEA (2024). Leia-se o eixo azul pela legenda à direita e os eixos laranja e verde pela legenda à esquerda da figura.

No que diz respeito à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, registra crescimentos de 2,95 a 10,06% no período entre 2017 e 2023. Observa-se na Figura 6 que os índices no período de 2017 a 2020 mantiveram-se entre os 3 e 4,5 pontos percentuais, com crescimento acelerado em 2021, na casa dos 10 pontos, e depois regressão para a casa dos 6 e 5 pontos percentuais em 2022 e 2023, respectivamente.

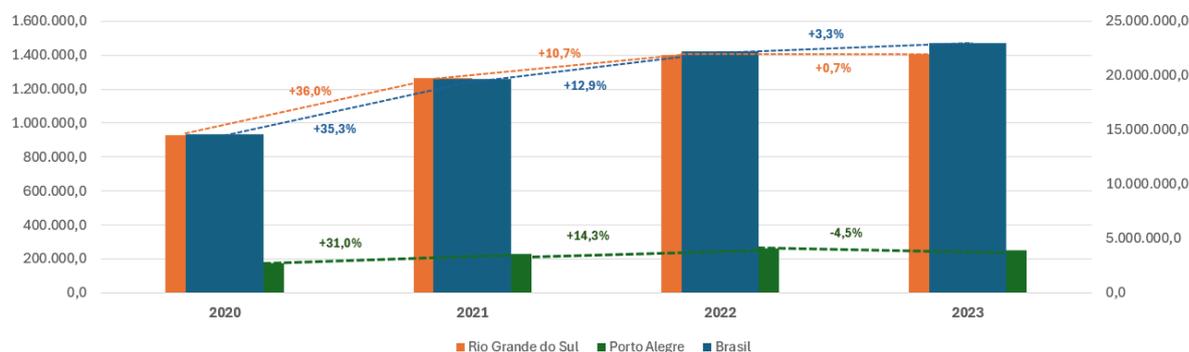
**Figura 6 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil entre 2017 e 2023**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do IPEA (2024).

Em relação aos empregos, como observa-se na Figura 7, há crescimento na casa dos 30 pontos percentuais em admissões de 2020 para 2021, tanto no âmbito federal, quanto no estadual e no municipal. Na evolução de 2021 para 2022, há crescimento nas três esferas na casa dos 11 aos 14 pontos percentuais. No período subsequente, destaca-se crescimentos na casa de 1 a 3 pontos no Brasil e no Rio Grande do Sul, enquanto em Porto Alegre observa-se redução na casa dos 4 pontos percentuais.

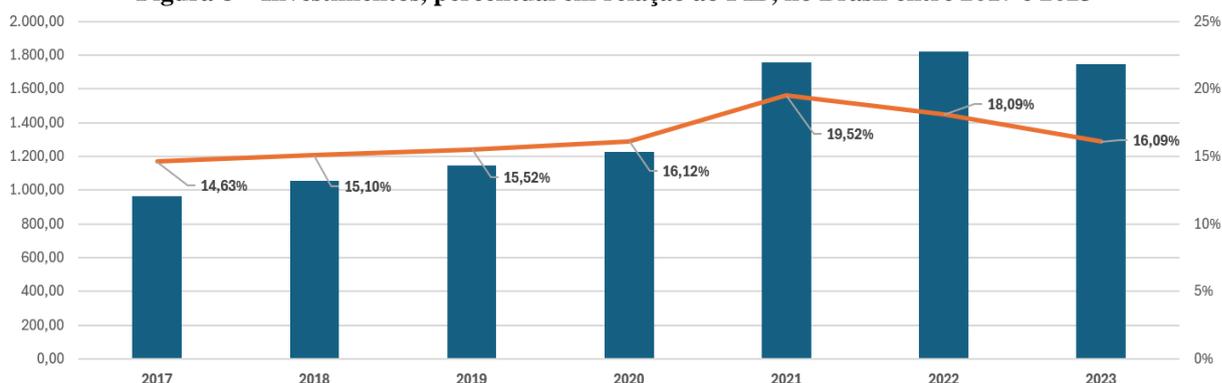
**Figura 7 – Número de admissões no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre entre 2020 e 2023**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do IPEA (2024). Leia-se o eixo azul pela legenda à direita e os eixos laranja e verde pela legenda à esquerda da figura.

Na Figura 8 observam-se os investimentos no Brasil, em valores absolutos e percentuais em relação ao PIB. Nos valores absolutos, nota-se crescimento estável entre 2017 e 2020, aceleração em 2021, crescimento semelhante ao do primeiro período em 2022 e decréscimo em 2023. Em relação aos percentuais do PIB, novamente há crescimento estável entre 2017 e 2020, aceleração em 2021 e decréscimo em 2022 e 2023.

**Figura 8 – Investimentos, percentual em relação ao PIB, no Brasil entre 2017 e 2023**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do IPEA (2024). Leia-se o eixo azul pela legenda à esquerda e o eixo laranja pela legenda à direita da figura.

Observa-se, portanto, um cenário de crescimentos nos indicadores, com percentuais mais estáveis nos períodos anterior e posterior a 2020, com quedas no ano do início da pandemia de COVID-19. Não se observa descolamentos significativos das realidades dos indicadores apresentados entre as esferas nacional, estadual e municipal, à exceção do PIB, onde se observa decréscimos mais acelerados para Rio Grande do Sul e Porto Alegre, esta última mantendo quedas após a pandemia, e no volume de admissões no período entre 2022 e 2023, em que se nota estabilidade nos índices para Brasil e Rio Grande do Sul e queda para o caso de Porto Alegre.

#### 4 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste artigo é exploratória. Segundo Gil (2006), uma pesquisa exploratória é aquela que objetiva o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias. Os métodos utilizados são os de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso. Gil (2006) aponta que a pesquisa bibliográfica é uma boa forma de percorrer uma gama de

fenômenos mais ampla do que a possível de ser coberta no trabalho propriamente dito, e que o estudo de caso permite estudar uma situação da vida real.

No que diz respeito ao objetivo geral, através do caso do Instituto Caldeira busca-se compreender como as políticas públicas no contexto da cultura podem contribuir para o impulsionamento de atividade econômica através da reinserção de espaços icônicos em um determinado tecido urbano. Tem-se como objetivos específicos:

- a) analisar de que forma o conceito de acupuntura urbana pode criar relações positivas e em cadeia entre cidadãos e cidades, tendo o Governo como protagonista no desenvolvimento de políticas inovadoras e inclusivas; e
- b) estudar o impacto de políticas públicas ligadas a cultura, tecnologia e criatividade no cenário econômico da área do Quarto Distrito de Porto Alegre, contemplado por políticas públicas que atraíram a instalação do Instituto Caldeira.

Na perspectiva de Seaman (2011), há três tipos de enquadramento para impacto econômico para bens ou serviços culturais. O primeiro, relativo ao valor de consumo, que inclui valores de uso para o consumidor final, o que o usuário efetivamente paga pelo bem ou serviço, e valores de não-uso, ou aqueles que indivíduos estariam dispostos a pagar para que outras pessoas se beneficiem do produto ou serviço. O segundo trata do impacto potencial a longo prazo, como efeitos sobre a produtividade e desenvolvimento econômico. O terceiro, está relacionado com efeitos de curto prazo, exemplificados por aumento de renda, empregos ou receitas de impostos. Os resultados a serem medidos por este estudo estão relacionados a duas das três dimensões relatadas por Seaman (2011): a primeira e a terceira.

Adota-se como objeto o estudo da recuperação do prédio da antiga sede das manufaturas Renner, edificação de interesse histórico localizada na região conhecida por Quarto Distrito de Porto Alegre, RS, e implantação do Instituto Caldeira. O estudo também busca testar a hipótese de que, no caso do Instituto Caldeira, com a criação de um conglomerado de negócios ligados à economia criativa, poderá observar-se impacto direto no formato de incidência de impostos, presumível aumento de volume de transações e consequente ativação do mercado, além de índices como criação de novos empreendimentos na região e a análise da morfologia, isto é, a aparência visual do conjunto e eventuais mudanças perceptíveis. Por região, entende-se duas dimensões de análise: uma, imediatamente justaposta ao Instituto Caldeira, seu bairro Navegantes; a outra, o Quarto Distrito em medida ampla, composto por seus cinco bairros. As análises foram realizadas no intuito de avaliar os anos imediatamente anteriores à abertura do Instituto Caldeira e dos anos imediatamente posteriores, de forma a buscar impactos econômicos nas redondezas.

De forma a responder aos objetivos de pesquisa, foram coletados dados do Observatório do Instituto Caldeira, setor recentemente criado para coletar e analisar dados de interesse para o Instituto, dados estes retirados de fontes públicas. Adicionalmente, foram agregados dados retirados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o IPEA. Além disso, o uso de dados secundários foi uma ferramenta no que diz respeito a bases econômicas dos recortes específicos de Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e especialmente da inovação e da economia criativa, de forma a criar comparativos do estudo com fenômenos mais gerais.

Buscou-se obter dados financeiros junto ao Instituto Caldeira, de forma a avaliar o impacto econômico direto. O Instituto atendeu ao pedido, fornecendo dados disponíveis, captados em período mais recente. De posse dos dados de impacto econômico que foram disponibilizados, buscou-se criar uma análise sobre estes, comparando dados das esferas federal, estadual e municipal com aqueles observados no entorno imediato do objeto de estudo, de forma a buscar evidências acerca do resultado do impacto econômico do Instituto Caldeira.

## 5 IMPACTO ECONÔMICO DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DO INSTITUTO CALDEIRA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Medir o impacto econômico de qualquer empreendimento é um desafio. É necessário um cruzamento de diversos dados, nem sempre disponíveis, para chegar-se a alguma conclusão. Equipamentos ligados à economia da cultura tornam-se ainda mais desafiadores pela natureza dos negócios, que produzem valores intangíveis que muitas vezes suplantam os econômicos diretos, conforme apresentado por Seaman (2011). Para este estudo realizou-se a análise de dados disponíveis em fontes públicas ou fornecidos pelo Instituto Caldeira de forma a avaliar se o investimento realizado na sua criação produziu impacto que justifique esse e outros investimentos que possam ser feitos na área.

Inicia-se a análise com a observação das características visuais da área circundante ao Instituto Caldeira. Para tal, lançou-se mão de imagens do Satélite MAXAR, através da ferramenta MGP Pro. Observa-se na Figura 9 uma montagem da vista superior. Do lado direito, está a imagem da área na data de 22 de novembro de 2018. No direito está a imagem de 21 de abril de 2024.

**Figura 9 – O entorno imediato do Instituto Caldeira em 2018 e 2024**



Fonte: MAXAR e MGP Pro (2024).

Não se pode observar mudança significativa na morfologia da região, ou seja, não há um claro maior adensamento ou demolições e reconstruções em características diversas das originais. Se poderiainferir que isso denota a falta de interesse na área, onde as edificações se mantêm com as mesmas características. Cabe observar, por outro lado, que o próprio Instituto Caldeira não demonstra modificações no ângulo superior pela vista de satélite. Observa-se pela Figura 10, entretanto, que houve mudança significativa do espaço interno, onde buscou-se manter a morfologia urbana da quadra onde foi inserido o Instituto Caldeira, com as modificações tendo sido feitas na parte interna.

**Figura 10 – O espaço da Caldeira, no Instituto Caldeira, antes e depois da inauguração**



Fonte: Sambrana (2022).

A aparente consistência morfológica da área observada nas imagens de satélite demonstra uma prática de manutenção da característica do exterior e mudanças mais radicais nos ambientes internos, de forma a tornar os espaços adequados para os novos usos pretendidos. Isso remete a boas práticas no que se refere às questões de identidade de espaço com seus usuários. Conforme apontado por Piqué (2017), o Quarto Distrito ganhou a visibilidade em torno do papel que cumpre no desenvolvimento da cidade, mas sem abandonar sua reputação e visual de polo industrial e comercial da capital, de acordo com o sinalizado por Schwengber, Christmann e Brochier (2017). Diversos dos empreendimentos mais frequentados de Porto Alegre se localizam no Quarto Distrito, tem espaços internos modernos e adaptados a seus novos usos, sem romper com seu histórico ligado à indústria e ao comércio.

Feita a primeira análise, dos aspectos morfológicos e espaciais ligados ao conceito de acupuntura urbana, parte-se para análise econômica. Esta inicia-se pela busca de informações sobre o investimento realizado no espaço. A cifra de R\$ 6 milhões encontrada em registro público (Dienstman, 2019) foi utilizada como referência. A partir disso, buscou-se registros de valores econômicos envolvidos no Instituto Caldeira, no bairro onde ele se localiza, o Navegantes, no Quarto Distrito de Porto Alegre, além de município e no estado.

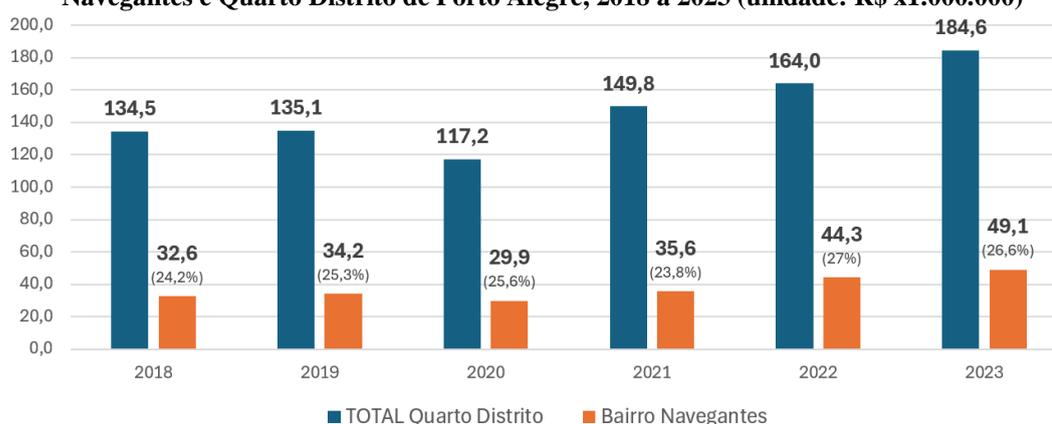
Levando-se em consideração o crescimento econômico observado no período de 2017 a 2023, passa-se à análise do cenário do bairro onde localiza-se o Instituto Caldeira, Navegantes, e o município de Porto Alegre. Não há dados de PIB setorizados por bairro ou localidade, portanto buscou-se outros indicadores. A Figura 11 mostra dados de recolhimentos de ISS, imposto sobre serviços, no bairro Navegantes e na região do Quarto Distrito de Porto Alegre<sup>31</sup>. Segundo a Serasa/Experian (2024), o imposto é recolhido sobre todas as transações de serviços prestados, e sua alíquota na cidade de Porto Alegre, segundo a prefeitura (2024a) varia entre 2 e 5%. O ISS servirá como uma *proxy* a fim de mensurar o impacto do empreendimento na região. Porém, o aumento do ISS pode estar captando outros fenômenos econômicos o que representa uma limitação do estudo. A exemplo do PIB, pode-se observar crescimento constante do valor de ISS recolhido tanto no Quarto Distrito quanto no bairro Navegantes, onde localiza-se o Instituto Caldeira, inaugurado em fevereiro de 2021. Ao analisar o percentual do Bairro Navegantes em relação ao Quarto Distrito, observa-se um crescimento entre anos posteriores à instalação do Instituto Caldeira em relação aos anos anteriores. No intervalo anterior, de 2018 a 2019, o bairro Navegantes acumulou aproximadamente R\$ 66,8 milhões em ISS (22,3/ano), contra R\$ 296,6 milhões do Quarto Distrito (89,9/ano). Isso representa 24,8% do recolhimento, nas médias anuais. No intervalo posterior, de 2021 a 2023, o bairro Navegantes recolheu R\$ 129 milhões (43/ano), contra R\$ 498,4 milhões (166,1/ano) do Quarto Distrito.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Os dados apresentados pelo Observatório do Instituto Caldeira incluem o bairro Anchieta no agrupamento. Para fins de análise, de forma a manter a uniformidade das informações, mantém-se este bairro no recorte do Quarto Distrito.

<sup>32</sup> Excluiu-se o ano de 2020 da análise em razão dos impactos da pandemia de COVID-19.

**Figura 11 – Recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), preços constantes, Bairro Navegantes e Quarto Distrito de Porto Alegre, 2018 a 2023 (unidade: R\$ x1.000.000)**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de Observatório 4D – Instituto Caldeira (2024a).

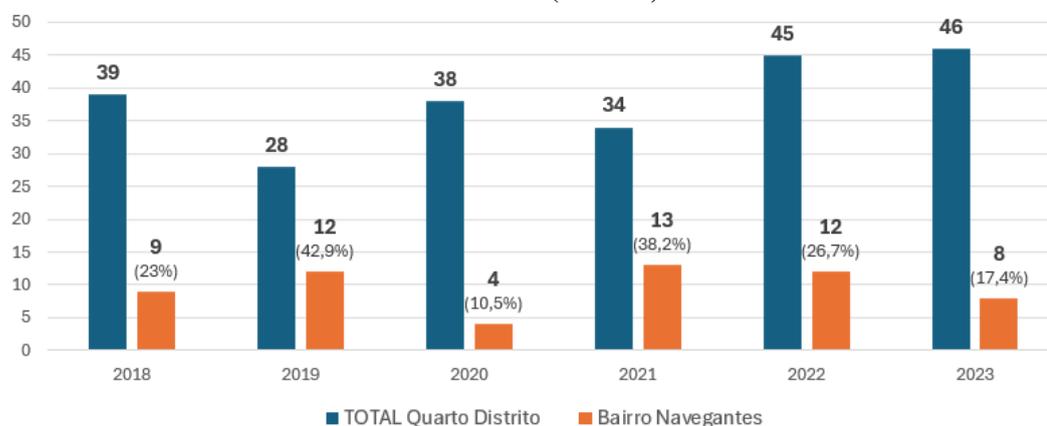
Levando-se em consideração o índice mínimo de ISS de 2% na cidade, pode-se inferir um volume de transações de serviços na ordem de R\$ 2,22 bilhões no bairro Navegantes no ano de 2022, ano imediatamente após a instalação do Instituto Caldeira. No ano de 2019, ano típico imediatamente anterior<sup>33</sup> à implantação do Instituto Caldeira, teria havido movimentação de R\$ 1,71 bilhões. Considerando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para o Brasil, conforme Figura 6, na seção 4.2, se poderia esperar um crescimento de R\$ 1,71 bilhões para R\$ 2,08 bilhões nesse período. Observa-se, no entanto, incremento de aproximadamente R\$ 140 milhões extras. Ainda que não se possa atribuir esse incremento à chegada do Instituto Caldeira, pode-se inferir que ela contribuiu com o crescimento econômico do bairro onde se localiza.

Outro índice disponível utilizado foi o do número de habite-se concedidos no bairro Navegantes e no Quarto Distrito de Porto Alegre no período entre 2018 e 2023, conforme observado na Figura 12. Sendo o habite-se documento concedido pela prefeitura atestando que um imóvel foi construído de acordo com os projetos aprovados, infere-se que esses empreendimentos foram a seguir ocupados e postos em operação. Incluem-se nesses números empreendimentos de habitação, comércio de varejo e atacado, serviços e indústrias. Buscando-se analisar números anteriores à chegada do Instituto Caldeira e posteriores a esse fato, nos anos de 2018 e 2019 houve 21 habite-se no bairro Navegantes, em comparação com 67 do Quarto Distrito<sup>34</sup>. Médias anuais de 10,5 e 33,5, respectivamente. Já nos anos de 2021 a 2023, observam-se 33 ocorrências no bairro Navegantes (média anual 11) e 125 no Quarto Distrito (média anual 41,7). Conclui-se ter havido um pequeno acréscimo tanto no recorte do bairro quanto do distrito onde localiza-se o Instituto.

<sup>33</sup> Excluiu-se o ano de 2020 da análise em razão dos impactos da pandemia de COVID-19.

<sup>34</sup> Excluiu-se o ano de 2020 da análise em razão dos impactos da pandemia de COVID-19. Os dados apresentados pelo Observatório do Instituto Caldeira incluem o bairro Anchieta no agrupamento. Para fins de análise, de forma a manter a uniformidade das informações, mantém-se este bairro no recorte do Quarto Distrito.

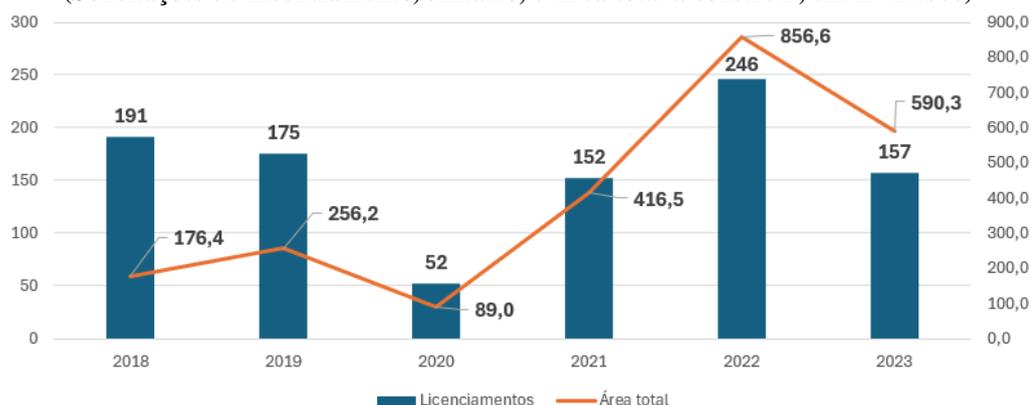
**Figura 12 – Habite-se concedidos, Bairro Navegantes e Quarto Distrito de Porto Alegre, 2018 a 2023 (unitário)**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de Observatório 4D – Instituto Caldeira (2024a).

Os dados sobre licenciamentos de obras e área total pretendida, observados na Figura 13, destacam que nos anos anteriores ao Instituto, de 2018 a 2019, observou-se a ocorrência de 366 obras licenciadas (média anual de 183). No período de 2021 a 2023<sup>35</sup> houve 555 obras licenciadas (média de 185). Assim, conclui-se não ter havido variação importante no período. Já no que diz respeito às áreas construídas totais envolvidas nessas obras licenciadas, os números observados são de 432,6 mil m<sup>2</sup> (média anual de 216,3 mil) e 1,86 milhões de m<sup>2</sup> (média anual de 621,1 mil) para, respectivamente, o período entre 2018 e 2019 e o período entre 2021 e 2023. Partiu-se de uma média de 1.182 m<sup>2</sup> por empreendimento entre 2018 e 2019 para uma média de 3.351 m<sup>2</sup> por empreendimento entre 2021 e 2023. O adensamento da área pode denotar uma valorização do território e uma consequente busca por empreendimentos maiores e mais densos.

**Figura 13 – Licenciamentos de obras, Quarto Distrito de Porto Alegre, 2018 a 2023 (Solicitações de Licenciamento, unitário, e Área total a construir, em m<sup>2</sup> x1.000)**



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de Observatório 4D – Instituto Caldeira (2024a).  
Leia-se o eixo azul pela legenda à esquerda e o eixo laranja pela legenda à direita da figura.

A análise dos dados apresentados sustenta a hipótese da pesquisa de que empreendimentos culturais podem gerar impacto econômico. No caso específico do Instituto Caldeira pode-se observar impactos indiretos em indicadores como o aumento de volume de recursos financeiros envolvidos em transações, inferido pelos valores recolhidos em ISS, o

<sup>35</sup> Excluiu-se o ano de 2020 da análise em razão dos impactos da pandemia de COVID-19.

aumento de metragem quadrada construtiva aprovada e o aumento na concessão de habite-se tanto para o recorte do Quarto Distrito quanto para o do bairro Navegantes<sup>36</sup>.

Tomando-se como ponto de partida o investimento inicial de R\$ 6 milhões, aportado para reforma e início de operação do espaço redesenhado, e realizando a inferência que os valores de ISS recolhidos na região pós-instalação do Caldeira remontam a valores de transações que suplantam as esperadas em mais de R\$ 120 milhões, conclui-se que o negócio justificaria eventual aporte de dinheiro público, ainda que esse não tenha sido o caso para o Instituto Caldeira.

É importante destacar que a análise restou dificultada pela ausência de dados disponíveis sobre o Quarto Distrito, sobre o bairro Navegantes e sobre o próprio Instituto Caldeira, ainda que a iniciativa do Observatório tenha sido recentemente criada com o intuito de registrar e interpretar dados de impactos de diversas naturezas. Além disso, cabe ressaltar que a descontinuidade das políticas públicas relativas à cultura, à inovação e às indústrias criativas, conforme discutido nas seções 2 e 4 deste estudo e especialmente nas obras de Calabre (2007) e Wagner e Melchioris (2022) também contribuem para a ausência de constância e de registros e divulgação de dados sobre projetos na área cultural.

## 6 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo geral compreender como políticas públicas no contexto da cultura podem contribuir com o impulsionamento da atividade econômica através da reinserção de espaços icônicos em um determinado tecido urbano, através do estudo da recuperação do prédio da antiga sede das manufaturas Renner, edificação de interesse histórico localizada na região conhecida por Quarto Distrito de Porto Alegre-RS, e implantação do Instituto Caldeira. Conclui-se que o caso foi bem-sucedido na medida que coincidiu com período de impulso de atividade econômica na região, além de ter entregado um espaço ligado à história da cidade de volta para a população com novo formato e uso.

Como objetivos específicos buscou-se:

- a) analisar de que forma o conceito de acupuntura urbana pode criar relações positivas e em cadeia entre cidadãos e cidades, tendo o Governo como protagonista no desenvolvimento de políticas inovadoras e inclusivas; e
- b) estudar o impacto de políticas públicas ligadas à cultura, tecnologia e criatividade no cenário econômico da área do quarto distrito de Porto Alegre, contemplado por políticas públicas que atraíram a instalação do Instituto Caldeira.

Se pôde observar um exemplo de efeitos da implantação do Instituto na economia do bairro e do Quarto Distrito, o que corrobora com a teoria de acupuntura urbana de Lerner (2011). Ademais, pode-se também perceber uma conexão entre as políticas públicas de incentivo à revitalização do Quarto Distrito e a criação e abertura do Instituto Caldeira, colaborando com a geração dos impactos já mencionados. Apresentou-se como hipótese de pesquisa que, no caso do Instituto Caldeira, poder-se-ia observar impacto econômico direto nas redondezas, no formato de incidência de impostos, presumível aumento de volume de transações e consequente ativação do mercado, além de índices como criação de novos empreendimentos na região. Frente a isso, acredita-se que a hipótese apresentada inicialmente foi confirmada.

---

<sup>36</sup> Os dados apresentados pelo Observatório do Instituto Caldeira incluem o bairro Anchieta no agrupamento. Para fins de análise, de forma a manter a uniformidade das informações, mantém-se este bairro no recorte do Quarto Distrito.

É necessário registrar algumas limitações encontradas no processo de desenvolvimento da pesquisa, quais sejam: a dificuldade de obtenção de dados sobre o Quarto Distrito e seus negócios e impactos das políticas públicas e do próprio Instituto Caldeira, além da resistência de negócios particulares em disponibilizarem dados e informações financeiras, mesmo que relativas e anonimizadas. Somadas a essas, ainda está a ocorrência da maior enchente da história da cidade, e do estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, que deixou a maior parte do Quarto Distrito embaixo d'água e com muitos prejuízos acumulados. O próprio Instituto Caldeira foi atingido, ficando alagado por várias semanas e retornando às atividades somente depois de 38 dias.

Entende-se que o estudo realizado contribui ao deixar análises sobre impactos e busca de conexões com as políticas públicas de incentivo à revitalização do Quarto Distrito e a consequente inauguração do Instituto Caldeira. Além disso, ao deixar conclusões a respeito da importância da manutenção da identidade de espaços urbanos e da capacidade de gerar impactos para além de suas delimitações geográficas, reforça-se as teorias acerca do conceito de acupuntura urbana.

Em algum tempo, pode-se imaginar que outros estudos possam avançar em relação a este na busca de mais dados e cruzamentos para maior precisão de análise, como por exemplo, o estudo dos resultados econômicos do próprio Instituto Caldeira e de seu retorno de investimento, dos negócios no entorno próximo, como o Shopping DC, e a avaliação de percepções dos usuários, moradores e frequentadores do espaço sobre valores de uso e não-uso do Instituto Caldeira.

## REFERÊNCIAS

ANDERSSON, T. D.; ARMBRECHT, J.; LUNDBERG, E. Estimating use and non-use values of a music festival. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, London, v. 12, n. 3, p. 215-231, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15022250.2012.725276>. Acesso em: 5 maio 2023.

ARAÚJO, E. A. **Regulamentação do vídeo sob demanda no Brasil**: simulação da Condecine faturamento e análises sobre os objetivos estratégicos da Ancine (2020-2023). 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258724>. Acesso em: 20 maio 2024.

BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. *In*: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2007. p. 37-60.

BOTELHO, I. A política cultural & o plano das ideias. *In*: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2007. p. 109-132.

BRANDT, L. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/lei/lei0025.htm#:~:text=Lei0025\\_37&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%2025%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20prote%C3%A](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/lei/lei0025.htm#:~:text=Lei0025_37&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%2025%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20prote%C3%A)

7% C3% A3o% 20do% 20patrim% C3% B4nio% 20hist% C3% B3rico% 20e% 20art% C3% ADstico% 20nacional. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970.** Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20administrativa%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura.> Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986.** Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7505&ano=1986&ato=9faoXRE5UMBpWTa37#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20BENEF%C3%8DCIOS%20FISCAIS%20NA,DE%20CAR%C3%81TER%20CULTURAL%20OU%20ART%C3%8DSTICO.> Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.** Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14399&ano=2022&ato=06fAzYE5kMZpWT19d>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. *In:* RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2007. p. 87-108.

CUNHA, A. M. História econômica brasileira: modelos, crises e políticas culturais no Brasil. *In:* MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. (org). **Introdução à economia para atividades culturais e criativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022a. p. 229-266.

CUNHA, A. M. Economia brasileira contemporânea: o papel das políticas culturais. *In:* MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. (org). **Introdução à economia para atividades culturais e criativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022b. p. 267-298.

DIENSTMAN, J. Da fábrica de roupas para a de talentos. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 20 fev. 2019. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/especiais/cenario\\_digital\\_2019/2019/02/amp/669568-da-fabrica-de-roupas-para-a-de-talentos.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/cenario_digital_2019/2019/02/amp/669568-da-fabrica-de-roupas-para-a-de-talentos.html). Acesso em 8 nov. 2023.

DRSKA, M. Instituto Caldeira dobra a aposta na inovação com um cheque de R\$ 120 milhões. **NeoFeed**, [s.l.], 18 mar. 2024. Disponível em: <https://neofeed.com.br/inovacao/instituto-caldeira-dobra-a-aposta-na-inovacao-com-um-cheque-de-r-120-milhoes/#:~:text=Em%20m%C3%A9dia%2C%20cerca%20de%202%20mil%20pessoas%20circulam%20diariamente%20pelo%20local.> Acesso em: 20 maio 2024.

FIEC. **Observatório da Indústria**. Índice FIEC de Inovação dos Estados. Ceará, 2018-2022. Disponível em: <https://www.observatorio.ind.br/inteligencia-competitiva>. Acesso em 11 nov. 2023.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento**: em época de crise. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GREFFE, X. **A economia artisticamente criativa**: arte, mercado, sociedade. São Paulo: Iluminuras; Observatório Itaú Cultural, 2015.

HOROWITZ, R. G. **A economia criativa e a preservação do patrimônio cultural**: um estudo de caso do distrito criativo de Porto Alegre. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258754>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO CALDEIRA. **Sobre nós**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://institutocaldeira.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

INSTITUTO CALDEIRA. **Observatório 4D**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://institutocaldeira.org.br/observa4d/>. Acesso em: 25 maio 2024.

IPEA. **Ipeadata**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LIMA, L. L. Políticas públicas da cultura e indústrias criativas. *In*: MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. (org). **Aspectos institucionais e tecnológicos da cultura e da criatividade**: políticas, normas legais, direitos de propriedade e mudanças econômicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 9-44.

MAXAR. **Ferramenta de acesso a imagens do satélite MAXAR**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://pro.maxar.com>. Acesso em: 24 maio 2024.

MILLER, T.; YÚDICE, G. **Política cultural**. Barcelona: Gedisa, 2004.

MOTTA, R. S. D.; ORTIZ, R. A. Uma análise de custo-benefício do museu da imagem e do som da cidade do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 17, n. 1, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/258515137\\_Uma\\_analise\\_de\\_cUsto-beneficio\\_do\\_museu\\_da\\_imagem\\_e\\_do\\_som\\_da\\_cidade\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://www.researchgate.net/publication/258515137_Uma_analise_de_cUsto-beneficio_do_museu_da_imagem_e_do_som_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro). Acesso em 2 maio 2023.

NUNES, E. S. **Uma reflexão sobre a estimação da contribuição dos setores culturais e criativos para economia brasileira**: uma proposta pela ótica da renda. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258728>. Acesso em: 20 maio 2024.

PACTO ALEGRE. **O pacto**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/conheca-o-pacto-alegre/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

PACTO ALEGRE. **Do PAT ao Pacto Alegre**: a inovação feita por muitas mãos. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/como-chegamos-ate-aqui/#:~:text=O%20projeto%20envolveu%20um%20conv%C3%AAnio,e%20coordenado%20por%20Ghissia%20Heuser>. Acesso em: 20 maio 2024.

PIQUÉ, J. Prefácio. *In*: BEM, J. S. de; BORGES, M. de L.; ARAUJO, M. P.; WAISMANN, M. (org.). **O despertar do 4º Distrito**. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 7-14. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1967/1/jsbem.etal.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Meio-Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Diretoria de Planejamento Urbano. **Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre. Diagnóstico, Relatório I**. Porto Alegre, mai. 2022a. Disponível em <https://mais-quatrod-dpu-smamus.hub.arcgis.com/documents/5b68be271ce24976ae7b3ea38912191e/explore>. Acesso em 2 abr. 2024.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal de Porto Alegre. **Aprovado o programa para revitalizar o 4º Distrito**. Porto Alegre, 17 ago. 2022b. Disponível em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovado-o-programa-para-revitalizar-o-4-distrito>. Acesso em: 8 nov. 2023.

PORTO ALEGRE. Procempa. **Mapa dos bairros de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: [http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1857\\_ce\\_172548\\_2.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1857_ce_172548_2.pdf). Acesso em: 24 maio 2024.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. São Paulo: Manole, 2006.

RENNER, M. Tudo sobre o Instituto Caldeira. **Baguete**, Porto Alegre, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www.baguete.com.br/noticias/21/12/2018/tudo-sobre-o-instituto-caldeira>. Acesso em: 20 maio 2024

ROHTER, L. 500 years later, Brazil looks its past in the face. **The New York Times**, New York, 25 Apr. 2000. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA61633351&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=fulltext&issn=03624331&p=AONE&sw=w>. Acesso em: 18 ago. 2024.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: itinerários e atualidade. *In*: BOLAÑO, C.; GOLIN, C.; BRITTOS, V. (org.). **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. p. 51-71.

SAMBRANA, C. O projeto “utópico” que uniu Agi, Renner, Banrisul, Panvel, SLC e outras gigantes. **NeoFeed**, [s.l.], 10 jun. 2022. Disponível em: <https://neofeed.com.br/blog/home/o->

projeto-utopico-que-uniu-agi-renner-banrisul-panvel-slc-e-outras-gigantes/. Acesso em: 25 maio 2024.

SCHWENGBER, D; CHRISTMANN, J. P.; BROCHIER, R. C. R. S. Revitalização do 4º Distrito: recorrentes discussões, poucas ações. *In*: BEM, J. S. de; BORGES, M. de L.; ARAUJO, M. P.; WAISMANN, M. (org). **O despertar do 4º Distrito**. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 17-28. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1967/1/jsbem.etal.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

SEAMAN, B. A. Economic impact of the arts. *In*: TOWSE, R. (ed.) **A handbook of cultural economics**. Cheltenham: Edgard Elgar Publishing, 2011. p. 224-231.

SERASA EXPERIAN. **O que é e quem paga o ISS (Imposto Sobre Serviços)?** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/blog-pme/iss/>. Acesso em: 24 maio 2024.

TOLILA, P. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007.

WAGNER, C.; MELCHIORS, L. C. 4º Distrito de Porto Alegre: um panorama histórico-temático dos planos e ações governamentais das últimas três décadas (1991-2021). **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 163, p. 199-237, dez. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/368544733\\_4\\_Distrito\\_de\\_Porto\\_Alegre\\_um\\_panorama\\_historico-tematico\\_dos\\_planos\\_e\\_acoes\\_governamentais\\_das\\_ultimas\\_tres\\_decadas\\_1991\\_-\\_2021\\_4th\\_District\\_of\\_Porto\\_Alegre\\_a\\_historical-thematical\\_overview\\_of\\_govern](https://www.researchgate.net/publication/368544733_4_Distrito_de_Porto_Alegre_um_panorama_historico-tematico_dos_planos_e_acoes_governamentais_das_ultimas_tres_decadas_1991_-_2021_4th_District_of_Porto_Alegre_a_historical-thematical_overview_of_govern). Acesso em: 20 maio 2024.

## AGRADECIMENTOS

A experiência de realizar um mestrado já era um plano há bastante tempo. Transformar esse sonho em realidade, porém, foi recheado de desafios e, ao mesmo tempo, de pessoas que merecem meus agradecimentos. Primeiramente agradeço à minha esposa, incentivadora incondicional de todas as minhas aventuras, não só em busca de uma carreira acadêmica, pelo incentivo na inscrição neste curso, pela compreensão das minhas ausências e pelas dicas sobre desenvolvimento de trabalhos científicos, assunto da sua especialidade. Cabem menções à minha família, em especial aos meus pais, que me ensinaram sobre resiliência, persistência e prioridades, além do amor incondicional e o amor à área acadêmica. À minha prima Laura, doutora na área cultural, que me deu várias dicas e emprestou livros no início desta minha jornada, alguns deles citados neste trabalho. Ao meu chefe no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Hiparcio, representando todos os queridos colegas que me apoiaram esse projeto. Ao meu professor orientador, doutor Henrique Morrone, pela disponibilidade e paciência com meu tempo limitado de responder aos prazos e demandas, além das contribuições pontuais e precisas sobre a evolução do trabalho. Aos integrantes da equipe do Instituto Caldeira, em especial à equipe do Observatório 4D, pela compreensão da importância deste trabalho e a colaboração com dados e ideias sobre o estudo: certamente ainda faremos outras coisas juntos. O Caldeira sairá do desafio causado pelas enchentes ainda mais forte! Também aos meus colegas de turma, em especial pela solidariedade e apoio nos momentos finais deste estudo, concluído em meio ao maior desastre natural que o estado gaúcho passou na sua história.

**Meu muito obrigado e meu amor para todos vocês!**